



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

Aos 28 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:00 Horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o relatório anual do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN relativo a 2014);**
Relatora – Deputada Isabel Oneto (PS)
- 3. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a Conta Geral do Estado 2013;**
Relator - Deputado António Gameiro (PS)
- 4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de lei n.º 164/XII/2.^a (ALRAA) - Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho;**
 - **Proposta de lei n.º 245/XII/3.^a (GOV) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu;**
 - **Proposta de Lei n.º 246/XII/3.^a (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada;**
 - **Proposta de Lei n.º 247/XII/3.^a (GOV) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março;**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, solicitando a audição do Dr. Rui Mateus Pereira e do Dr. Carlos Brito, ex-Presidente e ex-Vogal do Conselho Diretivo do IGFEJ, IP, para prestarem esclarecimentos acerca do bloqueio da Plataforma CITIUS;**
6. **Outros Assuntos.**

11:30 Horas

Audição da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Senhora Procuradora-Geral Adjunta Maria Helena Fazenda, no âmbito da proposta de lei n.º 273/XII/4.^a - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal [requerimento do Grupo Parlamentar do PS].

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente em exercício, Deputado Hugo Velosa, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se à apreciação do relatório anual do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN relativo a 2014, nos termos dos artigos 239.º e 242.º do Regimento da Assembleia da República, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Isabel Oneto (PS). No debate que se seguiu, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Francisca Almeida (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP) e Cecília Honório (BE) e os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e João Lobo (PSD), que felicitaram a Senhora Deputada relatora pelo rigor e pela correção do trabalho apresentado sobre uma matéria controvertida, reconhecidamente difícil e tecnicamente densa e complexa. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a Conta Geral do Estado 2013, tendo em conta os dados de execução orçamental referentes, do ponto de vista orgânico, às áreas da administração interna e da justiça, com breve menção às políticas de igualdade incluídas no âmbito da 1.^a Comissão, que foi apresentado pelo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.ª SL

Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), uma vez que o respetivo relator, Senhor Deputado António Gameiro (PS), se encontrava ausente. No debate, interveio a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), que criticou o facto de o parecer ser seletivo na escolha dos dados, ocultando os dados mais favoráveis da execução orçamental, posição que foi secundada pela Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Nesse sentido, foi sugerida a alteração do parecer mediante a inclusão de novos dados, sugestão que foi rejeitada pelo Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), por entender não dever alterar o parecer na ausência do respetivo relator. No final, foi deliberado adiar a votação do parecer para a reunião seguinte, no dia 29 de janeiro, com o objetivo dar ao Senhor Deputado relator a possibilidade de ponderar a introdução das alterações sugeridas.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi discutida e votada, na especialidade, a proposta de lei n.º [164/XII/2.ª \(ALRAA\)](#) - Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de Novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho.

A proposta de lei, da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 16 de janeiro de 2015, após discussão e aprovação na generalidade.

Não tendo sido apresentadas propostas de alteração e na presença de todos os grupos parlamentares, à exceção do PEV, da votação resultou o seguinte:

- Artigo 1.º (Preambular)

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 15.º-A

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 15.º-B



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 159.º-A

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 159.º-B

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 159.º-C

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 159.º-D

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 2.º (Preambular)

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

- Artigo 3.º (Preambular)

Aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação conjunta, na especialidade, da proposta de Lei n.º [245/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, da proposta de lei n.º [246/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada, e da proposta de lei n.º [247/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, uma vez que o Grupo de Trabalho criado para o efeito ainda não deu por concluídos os respetivos trabalhos.

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, solicitando as audições do Dr. Rui Mateus Pereira e do Dr. Carlos Brito, ex-Presidente e ex-Vogal do Conselho Diretivo do IGFEJ, IP, respetivamente, para prestarem esclarecimentos acerca do bloqueio da Plataforma CITIUS, tendo a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) usado da palavra para o fundamentar. No debate, começou por intervir o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que declarou não haver razões para atender ao solicitado no requerimento por considerar que a Comissão não devia servir de «palco» para a exposição das razões jurídicas de funcionários que entraram em conflito com o Ministério da Justiça, posição que mereceu a concordância da Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Por sua vez, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) referiu que a previsível rejeição, pela maioria, desse requerimento se traduzia num ato de obstrução às competências de fiscalização do Parlamento sobre os atos do Governo e da Administração, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) acrescentado que tal seria uma forma de ilibar a Senhora Ministra da Justiça das responsabilidades nessa matéria. No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE, na ausência do PEV.

Após uma breve interrupção, deu-se início à audição da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Senhora Procuradora-Geral Adjunta Maria Helena Fazenda, no âmbito da Proposta de Lei n.º 273/XII/4.^a - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal" [a requerimento do Grupo Parlamentar do PS].

Interveio, em primeiro lugar, na qualidade de requerente da audição, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), que questionou a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

acerca de algumas das soluções normativas da Proposta de Lei n.º 273/XII/4.^a, em face da Lei de Organização da Investigação Criminal e acerca do funcionamento da Plataforma Integrada de Investigação Criminal (PIIC). Após a sua resposta a estas questões, intervieram os Senhores Deputados Paulo Simões Ribeiro (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), Cecília Honório (BE), Jorge Lacão (PS) e José Magalhães (PS), para formularem questões adicionais, que mereceram uma resposta conjunta da Senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta *ata*, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de janeiro de 2015.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: aprovada a 11-02-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 32/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Elza Pais
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: